

A Língua Portuguesa e a Reforma Litúrgica do Concílio Vaticano II

Os primeiros passos luso-brasileiros

O Concílio do Vaticano II, entre outras formas fundamentais, promoveu a renovação litúrgica mais extensa e profunda ao longo da História duas vezes milenária da Igreja.

Comemora-se este ano, por sinal, o jubileu da Constituição sobre a Liturgia, que foi o primeiro documento aprovado pela assembleia conciliar, justamente há 25 anos, e constitui a solene oficialização do Movimento Litúrgico nos seus objectivos nucleares e nas suas aspirações globais.

Uma das concretizações mais sensíveis desta reforma litúrgica consistiu na concessão do uso das línguas vernáculas na Liturgia, não obstante o latim continuar a ser a língua oficial da Igreja.

A tradução do texto oficial latino nas línguas vernáculas passou a ser então preparada e aprovada pela Autoridade eclesiástica territorial competente que a submeteria depois à confirmação da Sé Apostólica.

Quando se iniciou a aplicação do espírito e da letra da reforma conciliar só havia dois países independentes de língua portuguesa: Portugal e Brasil.

A Sé Apostólica pretendia que houvesse apenas um texto litúrgico para cada língua. Assim, Portugal e Brasil deveriam trabalhar em comum para conseguir que o missal, os rituais e a liturgia das horas tivessem a mesma versão portuguesa.

Constituiu-se para tal uma denominada Comissão Mista Luso-Brasileira, que foi encabeçada por D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego, e por D. Clemente José Carlos Isnard, OSB, Bispo de Friburgo, pelas partes portuguesa e brasileira, respectivamente. Outros Bispos e vários peritos de ambos os países completavam esta

Comissão. Nem faltariam sequer dois literatos, um de cada país, para garantir a pureza da língua: Vitorino Nemésio e Alceu Amoroso Lima, mais conhecido pelo pseudónimo de Tristão de Ataíde.

A Comissão Mista, a nível episcopal, teve a sua primeira reunião no Pontifício Colégio Português em Roma, no dia 21 de Novembro de 1965, e, entre outras acções, deliberou começar pela elaboração de uma tradução bíblica oficial, que viesse a servir de base a todos os textos litúrgicos. Os processos de trabalho e os critérios da elaboração deste texto bíblico foram decididos de igual modo.

Depois, as Comissões Episcopais de Portugal e do Brasil repartiram entre si, ainda em Roma, a tradução do Novo Testamento, tendo sido atribuídos a Portugal os Evangelhos, os Actos dos Apóstolos, as obras de S. João e também metade do Saltério.

Em Janeiro de 1966 reuniram-se no Santuário de Fátima os professores de Sagrada Escritura de vários seminários de Portugal para estabelecerem as etapas do trabalho e as normas que deveriam orientar a tradução bíblica.

Como o Saltério é o livro da Bíblia mais utilizado nos livros litúrgicos, resolveu-se começar pela sua tradução. Dividido o trabalho ao meio, ficando o Brasil com os primeiros 75 salmos e Portugal com os restantes 75, cada país lançou-se ao trabalho sem que os peritos de um e outro lado do Atlântico se tivessem alguma vez reunido para trocar impressões. O insucesso desta metodologia viria a tornar-se fatal. Embora estivessem previstas permutas de textos, observações recíprocas e as necessárias revisões antes da escolha definitiva, o que é certo é que acabaram por ser idênticas e totalmente negativas as reacções dos peritos brasileiros ao texto português e dos peritos portugueses ao texto brasileiro. E fracassado este primeiro esforço feito em comum, todo o restante trabalho ficou irremediavelmente comprometido.

A própria elaboração do Cântico da Missa, que parecia bem encaminhada, viria a sofrer tantas e tais vicissitudes que só com a visita de uma delegação brasileira a Lisboa, presidida por D. Clemente Isnard, e após uns dias de trabalho sério com a delegação portuguesa, de que era presidente D. Florentino de Andrade e Silva, foi possível chegar a um acordo, mas apenas sobre as partes dialogadas e outras respostas do povo na Missa. A Congregação do Culto Divino confirmou este texto pelo Protocolo nº 1019/69, de 5 de Setembro de 1969.

Nos outros trabalhos, a diferença de critério, o atraso das traduções, a urgência das necessidades pastorais de ambos os povos, a des-

crença de se chegar a um acordo, levaram os Bispos brasileiros a pedir à Sé Apostólica, em 1968, a dissolução da Comissão Mista Luso-Brasileira, permitindo que o Brasil elaborasse as suas próprias traduções, conservando-se apenas o intercâmbio entre as duas Conferências.

Apresentado o pedido à Santa Sé, o Papa João Paulo VI manteve a Comissão Mista mas limitou a sua competência apenas aos textos que diziam respeito às intervenções do povo. Os outros textos incumbiriam a cada uma das Conferências através das respectivas Comissões de Liturgia. Esta posição da Sé Apostólica foi transmitida oficialmente a D. Florentino de Andrade e Silva, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, pela Congregação do Culto Divino através do Protocolo Nº 2578/68, de 12 de Novembro de 1968.

Depois disto, só o acordo, já referido e relativo aos diálogos na Missa, que se alcançou na reunião de Lisboa em 1969, assinalou a sobrevivência da Comissão Mista e foi simultaneamente o seu último suspiro. Efectivamente, passaram-se dezasseis longos anos sem que entre as duas Conferências Episcopais se estudasse ou aprovasse qualquer documento importante. Chegou-se ao extremo de ser a Congregação do Culto Divino a pedir a Portugal e ao Brasil que apresentassem as suas versões da fórmula essencial do Sacramento da Reconciliação ou da Penitência. Apresentadas as duas versões, a Congregação resolveu calmamente o problema, escolhendo uma das versões e aprovando-a pelo Protocolo CD 280/76, de 2 de Março de 1976.

I Reunião dos Presidentes e Secretários das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

Após uma visita a Portugal e um encontro pessoal, a título meramente particular, do P. Gregório Lutz, Assessor Nacional de Liturgia no Brasil, com o Director do nosso Secretariado Nacional de Liturgia, Mons. Aníbal Ramos, retomou-se um intercâmbio mais regular entre os dois Secretariados e, pouco depois, entre as duas Comissões Episcopais de Liturgia.

A 30 de Outubro de 1980, D. Romeu Alberti, Responsável pela Linha 4 (Liturgia) da CNBB, escrevia ao Director do nosso Secretariado a propor "um contacto permanente", embora reconhecesse que tinha sido dissolvida a Comissão Mista para os textos litúrgicos. E começou por apresentar para primeiro ponto de reflexão justamente a fórmula consecratória da Missa.

Na resposta deste ofício não deixou de se recordar que era preciso “entrar em contacto com os episcopados dos outros países de expressão portuguesa — Cabo Verde, Guiné, Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique — pois, desde a sua independência, passaram a ter o direito de fazer ouvir a sua voz também nestes assuntos de língua litúrgica”.

No dia 20 de Julho de 1981, por iniciativa do então Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal, D. Manuel de Almeida Trindade, fez-se em Lourdes, durante o Congresso Eucarístico Internacional, uma reunião dos Presidentes das Comissões Episcopais de Liturgia de Angola, Brasil e Portugal, respectivamente D. Zacarias Kamwenho, D. Romeu Alberti e D. Manuel de Almeida Trindade. Nessa reunião, após o relato sucinto das actividades de cada Comissão e dos problemas litúrgicos existentes em cada um dos três países de expressão portuguesa, D. Manuel de Almeida Trindade pôs o problema da revisão final do Ordinário da Missa feito em Portugal e já comunicado ao Episcopado Brasileiro. D. Romeu Alberti confessou ter tomado conhecimento das propostas da revisão acabada de referir mas que as não julgara de grande urgência, porque no Brasil já tinha saído a público mais de uma edição do Missal do Altar, pelo que uma mudança destas seria pastoralmente desaconselhável. Naquelas circunstâncias não era possível ir mais longe. No entanto, a compreensão de todas as partes e a naturalidade com que o texto do nosso Ordinário da Missa foi utilizado nas celebrações eucarísticas pela assembleia, que era constituída fundamentalmente por pessoas dos três países, merecem ser registadas e confirmaram a esperança de que em breve se poderia chegar a um acordo.

Os passos que se deram em seguida foram mais regulares e seguros. No dia 25 de Outubro de 1984, por ocasião do Convénio dos Presidentes e Secretários das Comissões de Liturgia realizado no Vaticano para fazer o balanço de vinte anos de reforma litúrgica conciliar, efectuou-se em Roma um encontro dos Representantes das Comissões presentes de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal, no qual cada um fez o ponto da situação da reforma litúrgica no seu País, quer no que se refere aos livros litúrgicos e outras publicações, quer no que respeita à formação litúrgica dos padres, dos religiosos e dos leigos. Deliberou-se neste encontro, que foi presidido por D. António Francisco Marques, de Portugal, e secretariado pelo Padre Gregório Lutz, do Brasil, promover uma reunião das Comissões dos 7 países de Língua

Portuguesa no ano seguinte, em Aparecida, Brasil. No dia 23 de Maio de 1985, efectuou-se no Patriarcado de Lisboa uma reunião em que participaram o Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia do Brasil, D. Geraldo Majella Agnelo, e o Presidente e o Secretário a mesma Comissão de Portugal, respectivamente, D. Albino Mamede Cleto e Mons. Aníbal Ramos.

O ponto único da agenda foi a preparação do I Encontro dos Presidentes e Secretários das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de língua oficial portuguesa. Após uma fraterna e cordial troca de impressões, assentou-se nos pontos principais a estudar.

Este Encontro viria a efectuar-se em Aparecida, Brasil, de 12 a 15 de Julho de 1985. A Comissão do Brasil era constituída por D. Geraldo Majella Agnelo e P. Gregório Lutz, que tiveram a colaboração dos peritos: Cón. Amaro Cavalcanti de Albuquerque, P. Fr. Alberto Beckhäuser, OFM, P. Fr. Joel Postma, P. Luis Mórano e Ir. Irene Brunetta. Formavam a Comissão de Portugal D. Albino Mamede Cleto, Mons. Aníbal Ramos e o perito Cón. José Ferreira. As Comissões de Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe estavam representadas pelos Padres Dr. Amaro Valério Mwitw, José Constantina Bento e Alberto Rosado Fileno, respectivamente. A Comissão de Angola e a Igreja da Guiné Bissau, por motivos imprevistos, não puderam tomar parte nos trabalhos.

Um dos objectivos fundamentais este Encontro era conseguir um texto único para as fórmulas essenciais dos Sacramentos, a começar pela forma consecratória da Missa. Os resultados foram francamente positivos e o acordo a que se chegou ficou de ser levado à apreciação das Conferências Episcopais respectivas, devendo, depois de aprovado, ter a confirmação da Congregação do Culto Divino.

Como seria de esperar, faziam parte da agenda outros assuntos de pastoral litúrgica, como: a formulação de critérios para a adaptação da Liturgia à índole e cultura dos nossos povos, celebrações dominicais sem padre, presidência dos leigos na celebração dos Sacramentos e Sacramentais, formação litúrgica dos sacerdotes e dos leigos, diáconos permanentes, ministérios na Liturgia e fortalecimento do intercâmbio entre as nossas Comissões de língua portuguesa.

O grande interesse deste Encontro ficou claramente demonstrado e levou as Comissões à marcação de novo Encontro dois anos depois, mas desta vez em Portugal.

A convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a

totalidade das Comissões participou a seguir na reunião dos Bispos Responsáveis pela Liturgia nos Regionais do Brasil e assistiu ao XI Congresso Eucarístico Nacional, que se realizou no Santuário da Aparecida, de 16 a 21 de Julho do mesmo ano.

II Reunião das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

Três anos depois, sobretudo para comemorar os 25 anos da Constituição sobre a Liturgia e por outros motivos ponderosos que desaconselharam a sua realização em 1987, efectuou-se a II Reunião no Santuário de Fátima, em Portugal, de 6 a 9 de Julho.

Participaram nos trabalhos: D. Zacarias Kamwenho, Bispo de Novo Redondo e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Angola; D. Clemente José Carlos Isnard, Bispo de Nova Friburgo e Responsável pela Liturgia na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Frei Alberto Beckhäuser, OFM, Assessor Nacional de Liturgia no Brasil; P. José Constantina Bento, Representante do Bispo de Cabo Verde; D. Paulo Mandlate, Bispo de Tete e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia; P. José Constantina Bento, Representante do Bispo de Cabo Verde; P. Dr. Amaro Valério Mwit, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia de Moçambique; D. António Francisco Marques, Bispo de Santarém e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; D. Joaquim Gonçalves, Bispo Coadjutor de Vila Real e Vogal da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; Mons. Aníbal Ramos, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; Cón. José Ferreira, Assessor da Comissão Episcopal de Liturgia de Portugal; e P. António dos Santos Moreira, Representante do Bispo de São Tomé e Príncipe.

As fórmulas essenciais da Missa e dos Sacramentos constituíram o 1º ponto da agenda desta Reunião. Três anos antes, no Brasil, desbravou-se o terreno e conseguiu-se um consenso substancial, ainda que incompleto. Voltou-se desta vez à forma consecratória da Missa e estudaram-se as fórmulas essenciais da Confirmação e da Unção dos Doentes. Havia, com efeito, uma insatisfação generalizada relativamente a certas expressões das fórmulas destes Sacramentos, como já se tinha verificado em Aparecida. Neste encontro de Fátima foram apresentadas várias propostas concretas que, depois de um debate sério e construtivo, acabaram por ser enriquecidas e por merecer a aprovação dos participantes.

Estas fórmulas vão agora ser submetidas à aprovação dos Bispos dos nossos países e à confirmação da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, como se chama presentemente.

A celebração do jubileu da Constituição sobre a Liturgia está a ser feita nos países de língua portuguesa com os meios de que cada um pode dispor, mas sempre com a preocupação de aproveitar a passagem desta data festiva para promover um projecto que tenha em conta a realidade presente e abra perspectivas para um trabalho formativo e actuante de grande projecção no futuro. O pôr em comum dos programas de cada comissão foi oportuno e revelou-se particularmente enriquecedor.

Foi também objecto de partilha a inculturação da Liturgia e a necessidade de que esta inculturação se faça no respeito da identidade cultural de cada um dos nossos povos. Os primeiros passos da reforma litúrgica tiveram como preocupação prioritária a tradução dos livros litúrgicos para as línguas vernáculas. Agora que se procede à revisão destas traduções, verifica-se que se não aproveitaram devidamente nestes 25 anos todas as possibilidades de adaptação que estavam previstas, e que há um longo caminho a percorrer para que a reforma litúrgica leve efectivamente à participação activa, consciente e frutuosa, que é o seu objectivo fundamental.

A religiosidade ou piedade popular, que tem nos povos de língua portuguesa uma importância relevante, mereceu um espaço considerável nesta reunião e revelou como é profunda na sua vida religiosa a devoção a Nossa Senhora, à Paixão de Cristo e aos Santos. O estudo desta piedade popular, a que os últimos Papas têm dado crescente atenção e oportunas orientações para que se torne mais esclarecida e purificada, permitiu uma análise das várias formas de que se revestiu desde a Idade Média até aos nossos dias. Pôde concluir-se desta análise que não é possível conhecer devidamente a vida religiosa dos cristãos de língua portuguesa sem ter em conta o papel fundamental e insubstituível da sua piedade popular, e que esta piedade popular, nas suas formas essenciais, tem em Portugal a sua matriz e a sua expressão mais comum.

O ambiente em que decorreram estes trabalhos foi extremamente compreensivo, fraterno e cordial, tendo beneficiado do ambiente religioso que o Santuário de Fátima proporciona a quem o procura para rezar ou para meditar ou para resolver problemas de grande projecção religiosa, como era o caso.

A grande importância de que estas reuniões se revestem para a

unidade e fixação dos textos litúrgicos essenciais nos sete países lusófonos não escapou à atenção do ICALP nem do seu Presidente, Prof. Dr. Fernando Alves Cristóvão. Mas trabalhos deste tipo supõem, além de outras, despesas de deslocação que os participantes nem sempre poderiam suportar. Assim, o ICALP acedeu de bom grado a colaborar nestas iniciativas, aliás no âmbito da sua competência estatutária, subsidiando as viagens dos Bispos e outros representantes dos países africanos de língua oficial portuguesa.

A. RAMOS

Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja

No dia 22 de Maio, tomou posse em Lisboa a Comissão Nacional de Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja.

Em nome da Conferência Episcopal Portuguesa, o sr. D. António Francisco Marques, na sua qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, empossou os membros desta Comissão, que ficou assim constituída: Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos, Dra. D. Maria Teresa Gomes Ferreira, Arq. Luís Sarmiento de Carvalho Cunha, Dr. Arq. José António Falcão e José Bernard Guedes.

Com a entrada em funções desta Comissão fica completa a organização do Secretariado Nacional de Liturgia. Efectivamente, às áreas da Pastoral Litúrgica e da Música Sacra, que estão confiadas aos respectivos serviços, junta-se agora a da Arte Sacra e do Património Cultural da Igreja.

Todas as dioceses portuguesas têm já as suas comissões ou secretariados de Arte Sacra, como estabelecem as normas da Igreja, que foram actualizadas pelo 2º Concílio Vaticano na Constituição sobre a Liturgia, promulgada há 25 anos.

O amor da Igreja pelas artes liberais revela-se especialmente na arte sacra ou litúrgica. O vasto e rico património artístico que criou e